

Senado exige ação do TCU

CPI quer auditoria na Eletrobrás. E isto é só o começo

O Senado decidiu solicitar oficialmente ao Tribunal de Contas da União que faça uma auditoria sobre as contas da Eletrobrás e suas subsidiárias, incluindo os empréstimos externos, e deverá fazer o mesmo em relação à compra de alimentos estragados e em excesso.

O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), relator da CPI sobre energia elétrica, observou ontem que essa auditoria servirá para que o Senado saiba até onde

pode contar com o TCU na fiscalização do Executivo, que será ampliada. O TCU, pela Constituição, é órgão auxiliar do Legislativo.

SUBMISSÃO

A informação de que o Tribunal havia recebido uma cópia oficial do inquérito sobre alimentos estragados e não tomou, ao que se saiba, qualquer providência deixou vários senadores irritados. Alguns deles estavam surpresos com a omissão do TCU porque

o inquérito tem sido divulgado pelos meios da comunicação e há um clamor nacional contra essa impunidade.

Após a reunião da CPI dos alimentos, o relator, senador Mauro Borges (PDC-GO), determinou o exame da possibilidade de solicitar de imediato a auditoria do TCU sobre as contas da Interbrás e de outras empresas citadas no inquérito. Quer, também, a cessão de dois auditores do TCU para fazerem verificações para CPI. Es-

sas questões serão decididas amanhã, quando haverá nova reunião da CPI.

A participação do TCU no processo de fiscalização, conforme solicitação do Legislativo, está sendo defendida pelo senador Jutahy Magalhães que estranha não haver, ainda, esse entrosamento. Enquanto isso, o TCU anuncia que fará uma inspeção nas estatais, na chamada operação transparência, a pedido do Presidente da República.

Para o senador Itamar Franco (PL-MG), o TCU não tem que receber solicitação do Presidente da República. A sua atuação é de auxiliar do Legislativo, a quem deve estar acoplado. "Não é" — observa — "o Presidente da República quem determina ao TCU que fiscalize as suas empresas e estatais. É uma função do Congresso, através do TCU, que tem de ser exercida com rigor. Nós temos é de ampliar o processo de fiscalização pelo Congresso".